

# Semiproletarização generalizada na África

Generalized semi-proletarianization in Africa

**PARIS YEROS\***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.006>

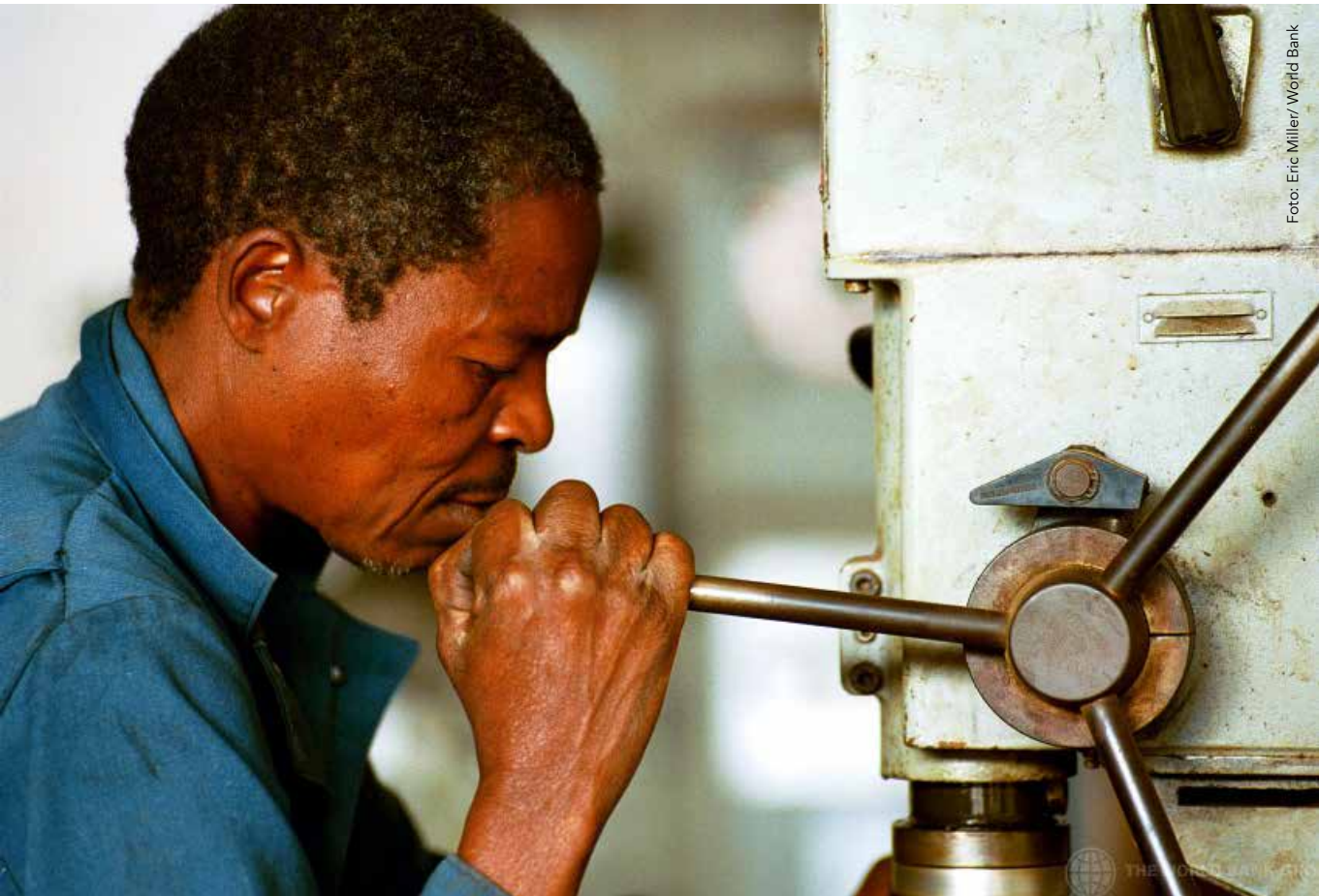


Foto: Eric Miller/World Bank

Trabalhador moçambicano faz manutenção em oficina metalúrgica

## RESUMO

Este artigo fornece uma visão geral sobre a formação social contemporânea da África. O foco específico é a transformação do mundo do trabalho no período neoliberal, um assunto já amplamente discutido em pesquisas sobre o êxodo rural, as novas cadeias de valor e a informalização do trabalho. A questão que norteia este trabalho é se há uma mudança qualitativa na formação social africana no período neoliberal. A hipótese é que há uma tendência à convergência dos padrões de acumulação nas macrorregiões do continente e do crescimento de reservas de trabalho em todas essas regiões. Assim, argumenta-se que a questão do trabalho na África passou por uma transformação decisiva sob o neoliberalismo. Enquanto sob o domínio colonial a formação de reservas de mão de obra foi principalmente resultado de engenharia política, especialmente em regiões de assentamento europeu, hoje as reservas são impulsionadas pela operação espontânea do capitalismo monopolista, tornando-se coextensivas no continente. Essa transição no mundo do trabalho é o elemento mais básico da tendência à convergência. Configura-se hoje uma condição generalizada de semiproletarização, na medida em que o grosso da população é incapaz de satisfazer suas necessidades básicas, com relação salarial ou sem ela. Dados provenientes da OIT são utilizados para qualificar algumas dessas tendências, incluindo suas dimensões de gênero.

**Palavras-chave:** África. Neocolonialismo. Semiproletarização. Reservas de trabalho. Campesinato.

## ABSTRACT

This article provides an overview of the contemporary social formation of Africa. The specific focus is the transformation of the world of work in the neoliberal period, a subject already widely discussed in research on the rural exodus, the new value chains and the informalization of work. The question that guides this work is whether there is a qualitative change in the contemporary African social formation in the neoliberal period. The hypothesis is that there is a tendency towards convergence in the patterns of accumulation in the macro-regions of the continent and the growth of labor reserves in all these regions. Thus, it is argued that the question of labor in Africa has undergone a decisive transformation under neoliberalism. While under colonial rule the formation of labor reserves was mainly the result of political engineering, especially in regions of European settlement, today reserves are driven by the spontaneous operation of monopoly capitalism, becoming coextensive with the continent. This transition in the world of work is the most basic element of the trend towards convergence. Today there is a generalized condition of semi-proletarianization insofar as the bulk of the population is unable to satisfy basic needs neither within the wage relation or outside of it. Data from the ILO are used to qualify some of these trends, including their gender dimensions.

**Keywords:** Africa. Neocolonialism. Semi-proletarianization. Labour reserves. Peasantry.

## 1. INTRODUÇÃO

Sabemos desde Marx (2013, cap. 23) que a formação de reservas de trabalho é a contradição básica do desenvolvimento capitalista. A forma concreta de formação de reservas de trabalho nas periferias de hoje é o que aqui chamamos de *semiproletarização generalizada*, que é o resultado histórico do desenvolvimento capitalista em seu estágio de monopólio maduro. Isso marca a obsolescência do capitalismo como sistema social — o que também significa dizer que não há solução para a grave e multifacetada crise existencial dos nossos tempos nos termos do próprio capitalismo: a crise arrastar-se-á até que o planejamento soberano com orientação socialista se consolide.

O presente artigo fornecerá algumas reflexões acerca da trajetória das reservas de mão de obra na África. O foco específico é a transformação do mundo do trabalho no período neoliberal, nesta fase do *neocolonialismo tardio* (YEROS; JHA, 2020). Entender a transformação do mundo do trabalho na África é fundamental para a questão do desenvolvimento no continente. De fato, é uma questão amplamente discutida em pesquisas sobre o êxodo rural e a migração, as novas cadeias de valor e a informalização do trabalho. A questão que norteia este trabalho é se há uma mudança qualitativa na formação social africana contemporânea na fase atual. A hipótese é que está em curso uma tendência à convergência dos padrões de acumulação nas macrorregiões do continente e do crescimento maciço de reservas de trabalho em todas essas regiões. As questões aqui levantadas serão contextualizadas pelas trajetórias das macrorregiões e qualificadas por meio de dados disponibilizados pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2022). Além do recorte macrorregional, será considerado também o recorte de gênero.

Tomamos como nossa referência imediata um discernimento específico expresso por Patnaik (2015, p. 165, tradução nossa) sobre o “embaçamento” (*blurring*) das atividades econômicas e formas de trabalho nas reservas periféricas sob a globalização contemporânea:

a distinção entre o exército [de trabalho] ativo e de reserva está sendo progressivamente embaçado hoje devido à proliferação do “emprego informal”, “emprego ocasional”, “terceirização do trabalho” e outras medidas. A regra de racionamento de emprego sob a qual anteriormente algumas pessoas estavam totalmente empregadas enquanto outras não, que era a base para distinguir entre os exércitos de trabalho “ativo” e “de reserva”, está sendo cada vez mais substituída por outra regra de racionamento de emprego, sob a qual o desemprego é mais amplamente distribuído entre toda a força de trabalho.

Essa observação vai ao cerne do que está sendo considerado aqui. A seguir, serão oferecidos alguns elementos conceituais sobre a longa duração das formações sociais na África e a convergência estrutural de suas macrorregiões hoje, antes de se esboçar o crescimento das reservas de mão de obra do continente.

## 2. FORMAÇÕES SOCIAIS AFRICANAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os contornos das formações sociais da África podem ser lembrados brevemente para fins de perspectiva histórica. Após a queda do Egito antigo, as formações sociais autônomas ressurgiram no continente e proliferaram com tendências claras para o desen-

volvimento tributário, mas a organização política permaneceu regionalizada, enquanto a acumulação dependia principalmente do comércio de longa distância, em vez da extração de excedentes de agricultores locais. As tendências tributárias foram reforçadas a partir do século X, acompanhadas pela expansão do Islã para a região Oeste, mas as populações locais em geral permaneceram organizadas socialmente com base na linhagem, com controle efetivo sobre terra e trabalho.

Essas formações sociais autônomas e comerciais permaneceram em conflito com os mundos mediterrâneo e islâmico. As crescentes exigências tributárias nessas regiões contíguas produziram incursões agressivas e guerras de escravização ao sul do Saara. Esses e outros fatores, incluindo a derrota dos mouros na Península Ibérica, prepararam o cenário para o encontro da África com o capitalismo mercantil emergente liderado pelos ibéricos e outras potências europeias. A partir daí, a África foi transformada na “periferia da periferia”, nas palavras de Amin (1972), para servir à expansão da Europa ao longo do Atlântico e do globo. Nos séculos seguintes, os povos do continente seriam capturados aos milhões, transportados para as Américas e submetidos à escravização em massa, racializada e intergeracional, com o objetivo de obter metais preciosos e bens tropicais para a acumulação de capital na Europa (WILLIAMS, 1994; RODNEY, 1972; MOURA, 1994). As guerras de escravização tiveram vários efeitos no continente, incluindo o despovoamento e a diminuição da organização política em formações guerreiras menores. A organização da linhagem também foi mobilizada para estabelecer novas hierarquias e privilégios, acarretando uma erosão do controle da aldeia sobre a terra e o trabalho e, cada vez mais, às custas da autonomia das mulheres.

A trajetória da África adquiriu mais duas características no processo mais amplo de expansão colonial europeia. Primeiro, diferentemente das Américas, onde a civilização indígena foi aniquilada durante a conquista, a base social da civilização africana não foi solapada, mesmo durante a escravização em massa e a ocupação colonial direta sob o capital monopolista. Como Mafeje (1991) bem argumentou, o “modo de organização social de linhagem” permaneceu resiliente mesmo sob o domínio dos modos de produção tributários e capitalistas. Assim, é notável que, enquanto a diáspora africana no mundo atlântico criou um novo campo de integração econômica e cultural, amplificado pela polarização étnico-racial de ambos os lados, as formações sociais africanas mantiveram características mais próximas às das civilizações asiáticas de base camponesa, mas com maior controle sobre terra e trabalho por via da organização social de linhagem. Assim, o campesinato sobreviveu até o século XX, ajustando-se perpetuamente sob o peso do capital monopolista. Também é notável que essas realidades apresentaram desafios particulares aos movimentos de libertação, como reconhecido por Fanon (1961), Cabral (1978) e Nkrumah (1971), entre outros. Uma questão-chave aqui, como veremos, é como isso mudou e quais novos desafios se apresentam hoje.

Em segundo lugar, o colonialismo criou um continente estruturalmente heterogêneo, uma vez que diversas trajetórias econômicas foram forçadas sob a conquista e colonização europeia. Na virada do século XX, o colonialismo produziu três macrorregiões com características estruturais distintas baseadas em diferentes *modos de integração ao capitalismo monopolista* e nos diferentes *regimes de trabalho que os sustentaram*, conforme identificado por Amin (1972). Com algumas modificações na terminologia de Amin, podemos identificar as três regiões da seguinte forma: (a) os *monopólios comerciais* da África do Oeste, do Sahel e partes do Leste, onde as comunidades camponesas permaneceram na terra, inclusive sob a influência de linhagens historicamente dominantes, mas cuja produção foi desviada à força pe-

## As estruturas econômicas subjacentes e sua evolução sob o capitalismo monopolista continuaram a pesar fortemente na relação de forças e, portanto, no poder estatal, na questão nacional e no pan-africanismo

las autoridades coloniais para a exportação de mercadorias sob o controle de casas comerciais europeias; (b) os *monopólios concessionários* da África Central, sob o controle de um punhado de empresas mineradoras europeias dedicadas à extração de recursos naturais por meio do terror e da violência genocida, seguida pela promoção de novos interesses agrícolas e indústrias locais nas mãos de uma classe de administradores e colonos europeus; e (c) os *monopólios dos colonos assentados* da África Austral e partes do Leste (Quênia) e do Norte (Argélia, Tunísia, Marrocos), que, após a conquista inicial, incluindo o genocídio, recorreram à engenharia política da criação de reservas de mão de obra com base regional para o beneficiamento das minas, plantações e indústrias locais sob o controle direto das burguesias coloniais. Essas três macrorregiões selaram o destino do continente sob o capitalismo monopolista. Apesar do fato de que em regiões sem assentamentos coloniais o campesinato em sua maior parte manteve o controle sobre a terra, e de que o modo de organização social da linhagem permaneceu resiliente para produção e reprodução em todos os lugares, a formação de classes e as mudanças relacionadas às relações de gênero sob o sistema colonial puseram em movimento um novo tipo de formação social periférica. A questão apresentada hoje diz respeito ao surgimento de novos padrões de acumulação para além dessas estruturas coloniais específicas.

É também de importância histórica, é claro, que o colonialismo esculpiu dezenas de Estados com fronteiras arbitrárias não relacionadas a afinidades etnolinguísticas ou potenciais complementaridades econômicas, e que, após a Primeira Guerra Mundial, as autoridades coloniais também recorreram à manipulação de chefias “tribais” subestatais no interesse do chamado “domínio indireto” (*indirect rule*), para obter controle sobre terra e trabalho mediados pela linhagem (MAMDANI, 1996). Essas táticas de “dividir para governar” instalaram uma série de mecanismos institucionais e políticos que sobreviveram à transição neocolonial. Ainda assim, é importante enfatizar que essas instituições nunca foram um fim em si mesmo (MOYO; YEROS, 2007). Elas sempre consistiram em outra coisa, que era precisamente o controle da terra e do trabalho nas regiões tropicais e subtropicais para o benefício exclusivo dos monopólios europeus e seus parentes assentados.

Assim, é também importante, historicamente e no presente, que a sobrevivência do modo de organização social de linhagem não se deveu ao desenho colonial, cujo objetivo principal era de fato manipular a linhagem e cujo efeito real era degradar sua função reprodutiva

sem fornecer alternativas. Sobreviveu pela relação de forças que defendia a instituição contra a perda total do controle da terra e do trabalho nas condições coloniais. A luta pelo controle da terra e do trabalho continuou sendo a força motriz da organização da linhagem, dada sua legitimidade social sem paralelo para a reprodução social. Podemos recordar uma conclusão a que Cabral (1978, p. 103) chegou em referência às aldeias da Guiné colonial que ainda não haviam sucumbido à diferenciação social e à perda do controle sobre terra e trabalho:

Esses grupos “sem Estado” resistiram muito mais do que os outros [em condições “semifeudais”] aos conquistadores colonialistas e foi no seu seio que encontramos a maior prontidão em aderir ao movimento de libertação nacional, embora para esses camponeses (pois são todos quase camponeses) nem sempre isso se verifique sem dificuldades ou problemas.

Nem, aliás, o peso do chamado domínio indireto era o mesmo nas regiões com assentamento europeu e no restante do continente. A natureza coercitiva do “governo indireto” era mais pesada nas regiões de colonização. A extensa alienação de terras pelos colonos, a criação de reservas “tribais” e a rápida degradação das condições sociais e ecológicas minaram diretamente o modelo do próprio governo indireto. Assim, não é de surpreender que as causas subjacentes da luta se intensificassem no curso da libertação nacional. Podemos lembrar, da mesma forma, a conclusão a que chegou Fanon (1961, p. 104, grifos originais):

as massas rurais jamais deixaram de colocar [*sic*] o problema de sua libertação em termos de violência, de terra a retomar aos estrangeiros, de *luta nacional*, de insurreição armada. Tudo é simples.

Com a transição para o neocolonialismo, foi obtida finalmente a autonomia relativa dos monopólios imperialistas e dos assentados, e isso se aplicava a todo o aparato estatal, incluindo as burocracias do governo local que carregavam a marca colonial tardia de domínio indireto. No entanto, o poder do Estado em todos os lugares continuou a expressar a relação de forças de classe — entre camponeses, trabalhadores, colonos, burguesias locais e imperialismo —, e não o conjunto das próprias instituições burocráticas (MOYO; YEROS, 2011). As estruturas econômicas subjacentes e sua evolução sob o capitalismo monopolista continuaram a pesar fortemente na relação de forças e, portanto, no poder estatal, na questão nacional e no pan-africanismo.

A leitura correta da estrutura social e seu potencial político sempre foi uma questão de extrema importância para a revolução. No curso da libertação da África, esforços persistentes foram feitos para identificar as forças sociais capazes de liderar a revolução nacional e sustentar a unidade pan-africana, na ausência de uma burguesia nacional e um proletariado industrial. E houve disputa substancial sobre o caráter político e potencial das classes sociais existentes, bem como quanto ao caráter do Estado e à ideologia da libertação. No entanto, havia semelhança nos componentes reais da formação social, que geralmente se conformava com uma estrutura de cinco elementos: (a) os monopólios estrangeiros e dos assentados; (b) as pequenas burguesias constituídas pelas profissões liberais e pelo pequeno comércio, inclusive de origem não africana; (c) um pequeno proletariado nos transportes (ferrovias, portos), serviços domésticos, minas e fazendas, que cresceu com a industrialização nas colônias de assentamento; (d) o campesinato, o grosso da população; e (e) um pequeno lumpemproletariado nas cidades.



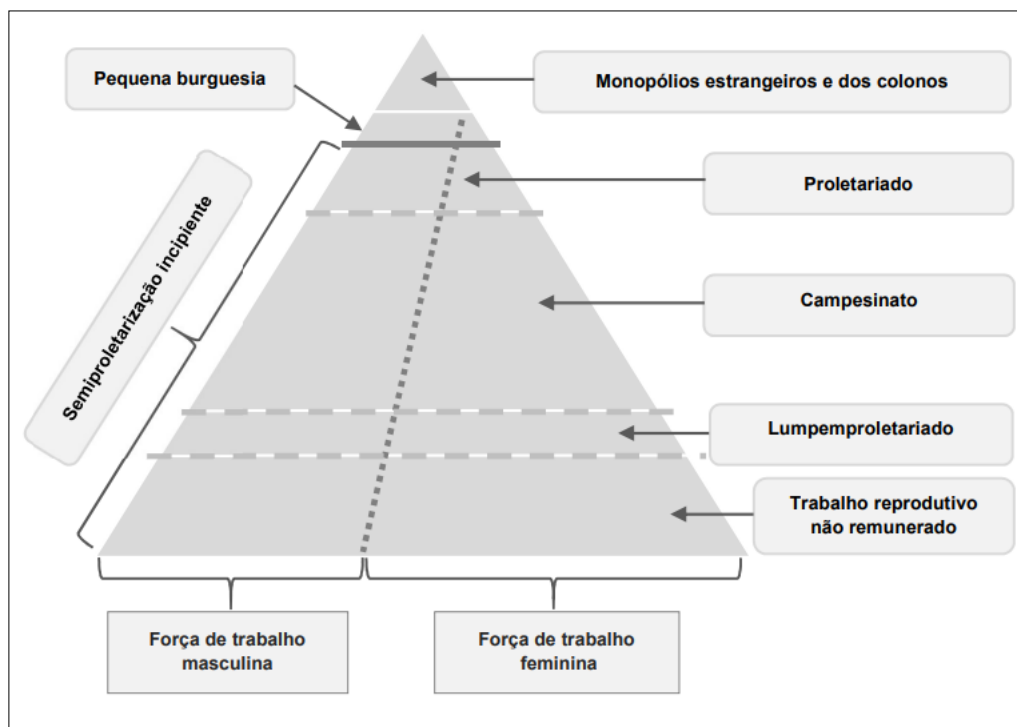
Navio negreiro (1830), de Johann Moritz Rugendas. Litografia, 36 x 51 cm

Em termos de reprodução social, o centro de gravidade dessa formação social permaneceu no campo e enraizado na terra por meio da organização por via da linhagem. O trabalho não remunerado fora do mercado, realizado principalmente, mas não exclusivamente, por mulheres, foi fundamental para as atividades produtivas e reprodutivas no setor camponês (O’LAUGHLIN, 2001; AMANOR-WILKS, 2009; TSIKATA, 2016), juntamente com o trabalho não remunerado nas obras de infraestrutura colonial, principalmente no caso dos homens. Além disso, o trabalho migratório assalariado masculino era extenso nas regiões de assentamento, mas também emergiu nas outras regiões. É fato que a economia colonial pôs em marcha, de forma abrupta ou incremental, a transformação de famílias e redes de parentesco em um modo de reprodução por “enxada e salário” atrelado a diferentes modos de integração no capitalismo monopolista (ARRIGHI, 1970; MAFEJE, 1978; 1981; FIRST, 1983; CORDELL; GREGORY; PICHE, 1998). Isso é o que identificamos em outro lugar como a matriz do caminho do “camponês pobre”, que ganharia força e complexidade ao longo do tempo como uma realidade semiproletarizada, dividida entre cidade, campo e fronteiras internacionais, e entre assalariamento e atividades não remuneradas, como a agricultura (MOYO; YEROS, 2005). A situação colonial marcou a fase incipiente desse caminho, em que famílias e redes de parentesco passaram a abarcar as funções proletárias, camponesas e reprodutivas, em todas as suas novas dimensões de gênero.

Na figura 1, tentamos uma aproximação esquemática da estrutura dessa formação social semiproletarizada do final do período colonial, em forma de pirâmide social. A representação inclui os monopólios estrangeiros e colonos no topo da pirâmide, seguidos pela pequena burguesia, o proletariado, o campesinato, o lumpemproletariado e os trabalhadores familiares não remunerados na base da formação social. Os quatro últimos são colocados em uma relação porosa entre si, conforme denotado pelas linhas pontilhadas horizontais, indicando a transformação das famílias e redes de parentesco e a transposição de todas essas formas de trabalho. Embora o papel da pequena burguesia tenha sido fortemente contestado, ele é representado aqui em sua aproximação primordial ao imperialismo. A divisão sexual

do trabalho também é indicada por uma linha inclinada que atravessa todas essas formas de trabalho, novamente de maneira esquemática e fora de escala.

Figura 1 — Formação social pós-colonial na África — c. 1960



**Fonte:** elaboração do autor.

**Nota:** figura sem escala.

A semiproletarização não é um fenômeno novo. Foi notado em todos os lugares e em diferentes momentos históricos: na Europa Ocidental e na Rússia do final do século XIX (KAUTSKY, 1980; LÊNIN, 1982), na China semicolonial (MAO, s.d.), na América Latina e no Caribe pós-escravidão (DE JANVRY, 1981; DEERE, 1976; RODNEY, 1981), na China contemporânea, na Índia, na África e, mais geralmente, no Sul (LI, 2008; PRASAD, 2016; NAIDU; OSSOME, 2016; JACOBS, 2018; ZHAN; SCULLY, 2018; OSSOME; NAIDU, 2021; JHA; CHAMBATI; OSSOME, 2021; CHAMBATI, 2022), na perspectiva sistêmica dos teóricos da dependência e do sistema-mundo (AMIN, 1976; 1977; WALLERSTEIN, 1983). Não houve uma única conclusão tirada sobre suas características, função ou trajetória, mas na maioria dos casos a semiproletarização não foi vista como uma condição permanente na evolução do capitalismo. Para nossos propósitos, definimos a condição semiproletarizada como aquela em que uma força de trabalho, durante um período significativo de tempo, como uma geração, não vem a depender do emprego assalariado para sua reprodução social, apesar de ter perdido a totalidade ou parte de seus meios de produção, mas mantém ou busca ativamente uma combinação de assalariamento, trabalho autônomo e valores de uso simples, ao lado do trabalho de cuidado e das políticas sociais do Estado. Essa condição social inclui: relações temporárias, periódicas ou sazonais de trabalho assalariado; produção camponesa



Uma condição proletária mais plena nas periferias da economia mundial permanece inatingível sob o capitalismo monopolista, uma vez que a reprodução social permanece significativamente fora da relação salarial, mesmo em ambientes altamente urbanizados, e vem se deteriorando em geral

para consumo próprio; pequena produção de mercadorias para venda; uso direto dos recursos naturais; extração de minerais e outros recursos de alto valor para comercialização; e um vasto leque de atividades de autoemprego, tanto no meio rural como urbano, no pequeno comércio e na prestação de serviços, quer situados em casa, quer em espaços arrendados, ao ar livre ou em trânsito de longas distâncias. Ossome e Naidu (2021) resumiram utilmente esses processos de trabalho em três: subsistência, produção de pequenas mercadorias e trabalho assalariado.

Como será discutido abaixo, a longa transição da formação social da África já se prendeu a uma armadilha sistêmica. Uma condição proletária mais plena nas periferias da economia mundial permanece inatingível sob o capitalismo monopolista, uma vez que a reprodução social permanece significativamente fora da relação salarial, mesmo em ambientes altamente urbanizados, e vem se deteriorando em geral. Na ausência de um caminho alternativo de desenvolvimento, por via da desconexão das leis de concorrência, de planejamento econômico e de um novo *mix* de relações de propriedade, as tendências perversas dessa formação social permanecerão em vigor: quanto maior a disparidade salarial e de renda, tanto mais pesada a carga de trabalho não assalariado nas atividades produtivas e reprodutivas, mais intensa a instrumentalização das clivagens sociais de gênero, raciais, étnicas, religiosas e outras, e mais disseminada a violência estrutural, doméstica, xenófoba etc. Não é impossível que certos países superem essa armadilha sistêmica sob a asa do imperialismo, ou que afastem suas piores tendências por meio de medidas paliativas. Mas, sendo as reservas de trabalho uma necessidade sistêmica, sair da armadilha nos termos do imperialismo só pode ser uma exceção, a menos que ocorra uma rebelião e uma desconexão substanciais. A experiência mais notável de desconexão hoje — no sentido de subverter-se parcialmente a lei do valor mundial ao subordinar o ambiente externo aos requisitos internos — tem sido a China.

A armadilha da semiproletarização nos remete ao “embaçamento dos exércitos de trabalho ativo e de reserva” que é denotado na figura 1 pelas fronteiras porosas entre as camadas sociais. A lógica sistêmica do imperialismo que resulta nesse tipo de reserva de mão de obra é clara: rebaixar os salários nas regiões tropicais e semitropicais para manter o valor da moeda nos centros imperialistas (PATNAIK, P., 2008; PATNAIK, U.; PATNAIK, P.; 2017;

## A relação com o imperialismo continua sendo o determinante estrutural da formação social semiproletarizada

2021), e perpetuar a superexploração do trabalho e da natureza por meio de “dualismos” entre o salário ou a pequena produção e o trabalho familiar não remunerado (AMIN, 1977). Quanto ao caráter exato desses dualismos e da relação com o capital monopolista em nível microsso-cial, isso pode variar bastante — foi até sugerido que já ocorreu uma desarticulação efetiva (OSSOME; NAIDU, 2021) —, mas a relação com o imperialismo continua sendo o determinante estrutural da formação social semiproletarizada.

### 3. A HIPÓTESE DE CONVERGÊNCIA

A questão que nos interessará aqui é: quais transformações sofreram as formações sociais africanas desde o início desta crise terminal do capitalismo monopolista, a partir da década de 1970? O foco será o período neoliberal nesta atual fase da crise, que configura o neocolonialismo tardio. Este é o período de programas de ajuste estrutural e políticas neoliberais incessantes. Nosso ponto de partida específico é duplo: por um lado, a insistência de Mafeje (2003), nos anos 2000, em que o campesinato baseado em linhagem na África “não assentada” ainda não havia sido minado pelo avanço do capital, e, por outro, a noção de Amin (2014) de degradação contínua das macrorregiões, mas sem mudanças notáveis nos padrões de acumulação. Há espaço para atualizar ou revisar essas duas posições à luz de nossa compreensão da formação de reservas de trabalho.

Esse caminho de pesquisa foi aberto por Sam Moyo, um colaborador próximo de Mafeje e Amin desde a década de 1970 — e, de fato, de Utsa Patnaik e Prabhat Patnaik, a partir da década de 2000, quando as suas posições continuaram a evoluir (ver PATNAIK; MOYO, 2011; JHA; MOYO; YEROS, 2017; MOYO; YEROS; JHA, 2018). Uma parte substancial da tarefa foi realizada por Moyo, e parte dela, em colaboração com outros colegas, incluindo este autor. Portanto, não há novidade no caminho escolhido. Mas vale notar que Moyo avançou muito mais em suas discussões com Mafeje, ao demonstrar que a argumentação deste havia sido ultrapassada pelos acontecimentos (MOYO, 2008). Moyo afirmou que os programas de ajuste estrutural e as reformas neoliberais persistentes finalmente produziram uma “questão fundiária” também na África não assentada por europeus. Além disso, ele sugeriu que uma estrutura agrária “trimodal”, composta por camponeses pobres, pequenos capitalistas e grandes propriedades corporativas, estava se espalhando por todo o continente, da África dos assentamentos coloniais às demais regiões, e até vice-versa, como no Zimbábue após a reforma agrária dos anos 2000, que expandiu o campesinato contra os monopólios dos colonos. Essa linha de argumentação sugeria que uma certa tendência à “convergência estrutural” operava entre as três macrorregiões, pelo menos na agricultura. Muito também foi dito sobre a evolução das questões alimentares e do trabalho no continente (MOYO; YEROS; JHA, 2018); a nova disputa por terras e outros recursos naturais (MOYO; YEROS; JHA, 2012; MOYO; JHA; YEROS, 2019), e as trajetórias da questão agrária e das reservas de trabalho no Sul em geral (MOYO; JHA; YEROS, 2013, 2016; JHA; MOYO; YEROS, 2017). À medida que a perspectiva evoluía, uma “hipótese de convergência” começou a ser lançada.

Mas nunca foi plenamente aplicada, ou testada, e as peças do quebra-cabeça permaneceram espalhadas — pois o camarada Sam nos deixou cedo demais.

A experiência do Zimbábue é ainda mais importante pela maneira como sua situação revolucionária no início dos anos 2000 abalou os paradigmas e abriu a questão da transição histórica. Tentativas obstinadas de desconectar-se do imperialismo revelaram toda a gama de contradições que pertencem à libertação nacional e à unidade pan-africana no período neoliberal (MOYO; YEROS, 2011; MOYO; CHAMBATI, 2013). Com efeito, o Zimbábue não apenas rompeu com o capitalismo de assentamentos europeus — um feito histórico raro em si. Também restabeleceu as condições de acumulação camponesa e as perspectivas de um novo caminho de industrialização, e o fez por meio de mobilização nacionalista radical e reforma agrária, iniciativas de defesa estratégica regional e defesa ativa dos interesses do continente. Essa postura anti-imperialista geral sustentou uma intensa luta pela direção da transição pós-reforma agrária sob persistentes sanções ocidentais, ao mesmo tempo que demonstrava que a mobilização radical e a organização partidária permanecem possíveis — de fato, fundamentais — em condições de semiproletarização generalizada.

Essa experiência sugere ainda que, mesmo que a “convergência” possa ser observada de forma geral, seu caráter político não deve ser tomado pelo seu valor nominal, pois a dinâmica que a envolve pode vir a diferir muito de um país ou região para outro. Portanto, desde o início, essa é uma ressalva importante para qualquer hipótese de convergência: condições estruturais objetivamente semelhantes podem ser sustentadas por dinâmicas e posturas políticas marcadamente diferentes em relação ao imperialismo; em todos os casos, é a relação das forças de classe em movimento que deve ser verificada. Como Shivji (1976, p. 8, tradução nossa) uma vez nos alertou:

[em] situações não revolucionárias, muito das lutas de classes é latente e até mesmo não identificável como tal em qualquer momento particular. Falar da luta de classes como tal é realmente registrar o fato da luta de classes *ex post facto*. O desenvolvimento da classe e da luta de classes só pode ser expresso tendencialmente, em termos de tendências históricas. De fato, as classes dificilmente adquirem totalmente a consciência de *classe*, exceto em situações de intensa luta política.

Essa ressalva se aplica à nossa análise das trajetórias macrorregionais das reservas de mão de obra apresentada a seguir, em que tendências estruturais aparentemente convergentes não devem ser tomadas como se implicassem uma convergência na política real. De fato, as mesmas estruturas que sustentaram a mobilização nacionalista radical no Zimbábue também resultam em “onguização” e “lumpesinação” ideológica sob os auspícios do imperialismo, não em mobilização para a ruptura.

Basta reiterar de forma abreviada que há uma questão real quanto às mudanças contemporâneas nos padrões de acumulação em termos de modos de integração ao capitalismo monopolista e aos regimes de trabalho que os sustentam. No que diz respeito ao modo de integração, algumas tendências importantes podem ser brevemente identificadas. Um elemento básico tanto da integração global quanto do processo de trabalho que a sustenta é a própria questão da terra, que continua sendo uma questão fundamental em uma formação social semiproletarizada. Isso, como Moyo e outros demonstraram, está em transição definitiva na África (MOYO; YEROS, 2005; MANJI, 2006; AMANOR; MOYO, 2008; MOYO; TSIKATA; DIOP, 2015; HALL; SCOONES; TSIKATA, 2015; TSIKATA, 2016; MOYO; JHA;

YEROS, 2019; OSSOME, 2021; OSSOME; NAIUDU, 2021; MAZWI; MUDIMU; HELLIKER, 2022). Desde a década de 1980, as pressões neoliberais para reformar a posse da terra abriram os setores agrícolas de todas as regiões por meio da titulação e registro da terra e supressão ou manipulação da posse consuetudinária. A consequência foi o aprofundamento dos mercados de terra e a expansão da renda da terra e da alienação da terra, todos os quais minaram ainda mais as garantias costumeiras de terra. Essa tendência também se entrelaçou com a diferenciação social para impulsionar a posição das burguesias domésticas e sua associação com os mercados externos, ao mesmo tempo que empobreceu o campesinato. Nos anos 2000, com uma estrutura legal mais favorável ao capital agora em vigor, houve uma nova onda de apropriação de terras realizada pelo próprio capital estrangeiro, para fins de produção em larga escala, inclusive em regiões onde nunca existiram propriedades ou concessões em larga escala na agricultura de qualquer maneira significativa.

O modo de integração agrícola no capitalismo monopolista atual foi promovido pela política comercial neoliberal e medidas de austeridade fiscal que deslocaram e ampliaram as pressões de acumulação na agricultura, intensificando a integração do setor nos mercados globais. Isso teve vários efeitos notáveis. Reforçou a lógica de produção de culturas para exportação, ao mesmo tempo que prejudicou a produção de alimentos para consumo local e necessidades nutricionais (PATNAIK; MOYO, 2011). Empurrou camponeses e trabalhadores rurais para a integração produtiva aos sistemas globais de valor agrícola, em virtude dos quais novas dependências são criadas em mercados estrangeiros, finanças e tecnologia (AMANOR, 2019; MARTINIELLO; AZAMBUJA, 2019; MEAGHER, 2019; CHAMBATI; MAZWI, 2022; TORVIKEY, 2022; TSIKATA, 2022). Criou-se o mito de uma “revolução verde” sob os auspícios de grandes fundações sediadas nos EUA, que despejaram meio bilhão de dólares em doações sobre uma dúzia de países, desde meados dos anos 2000, para a compra de sementes comerciais e fertilizantes sintéticos pelos monopólios, mas sem gerar ganhos de produtividade ou segurança alimentar (WISE, 2020). Alimentou-se a diferenciação de classe e as hierarquias de gênero ao se favorecerem os produtores mais “habilitados”, aqueles com acesso à terra e recursos financeiros, às custas dos mais pobres (MAZWI; MUDIMU; HELLIKER, 2022; JHA et al., 2022). E semeou-se o conflito social sobre a terra e os recursos naturais, muitas vezes em termos “étnicos”, “religiosos” ou outros, ao mesmo tempo que se reforçou a migração rural-urbana e internacional, de fato em um ritmo mais rápido do que em qualquer outro continente durante esse período.

Um novo padrão agrário “trimodal” de acumulação está surgindo na agricultura. A combinação de unidades de produção agrícola com mudanças de uso da terra inevitavelmente diferirá de região para região e deve ser analisada em sua especificidade histórica, mas as pressões para a integração global, concentração de terras e diferenciação social estão em vigor em todos os lugares. Os modos de integração em outras indústrias — mineração, manufatura e serviços, incluindo finanças — também vêm passando por transição sob a égide dos monopólios generalizados (AMIN, 2019), de base ocidental, bem como o surgimento de novos parceiros de investimento entre países do Sul, especialmente a China. Não podemos nos aprofundar nisso em detalhes. Podemos apenas notar que a expansão dos sistemas globais de valor teve efeitos desiguais entre as indústrias, e geralmente baixo impacto na participação do continente nos sistemas de valor ao nível da produção de bens intermediários, especificamente (AfDB; OECD; UNDP, 2014).

As economias africanas permaneceram plenamente integradas como exportadoras

O Zimbábue não apenas rompeu com o capitalismo de assentamentos europeus — um feito histórico raro em si. Também restabeleceu as condições de acumulação camponesa e as perspectivas de um novo caminho de industrialização, e o fez por meio de mobilização nacionalista radical e reforma agrária, iniciativas de defesa estratégica regional e defesa ativa dos interesses do continente

de matérias-primas. Além da agricultura, uma transição notável também ocorreu no setor de energia, no qual a produção de petróleo e gás se difundiu para vários países que anteriormente (no regime colonial) não estavam integrados como tais na economia mundial; hoje estão fortemente concentrados em, e dependente das, exportações de energia, especialmente petróleo. Isso inclui países nos litorais Norte e Oeste do continente, além do Sahel e, mais recentemente, do litoral Leste (YATES, 1996; BUSH, 2004; OBI; RUSTAD, 2011; OBI, 2012; CARMODY, 2016). Nesse sentido, o modo de integração concessionário anteriormente estabelecido na África Central colonial (assim como em outras partes do mundo colonial e no presente) se difundiu para o resto do continente, embora sob arranjos concessionários modernos e com novos conflitos sobre a apropriação da renda extrativista (AMIN, 2010). Isso se aplica ainda aos minérios— incluindo ouro, diamantes, urânio, platina, coltan, cobre, minério de ferro, bauxita, entre outros —, que ganharam importância em antigas e novas regiões. Há uma escalada geral da integração global que novamente está confinada às camadas mais baixas (primárias) da produção industrial global e sujeita a preços voláteis em setores oligopolizados. De modo geral, tanto em energia quanto em minérios, a produção sob controle corporativo direto é intensiva em capital, com pouca absorção de mão de obra e maior concentração de mão de obra qualificada.

No entanto, também é notável no caso dos minérios que tem havido uma expansão paralela e acelerada da mineração artesanal entre agentes econômicos menores e camadas sociais semiproletarizadas que buscam acesso próprio aos minérios, mas em regime de mão de obra intensiva e condições altamente exploradoras e conflituosas (BRYCESON; JØNSEN, 2009; HILSON; GARFORTH, 2012; GEENEN, 2015; BRYCESON; GEENEN, 2016; MKODZONGI, 2021; MKODZONGI; SPIEGEL, 2018). Em 2009 notou-se, quanto à mineração artesanal, que “cerca de 3,7 milhões estão diretamente envolvidos nesse subsetor e cerca de 30 milhões dependem dele”, prevendo-se que o subsetor *triplicaria* em três anos (AU, 2009, p. 26, tradução nossa). Esses dois lados da indústria de mineração, portanto, diferem em

O neoliberalismo degradou clara e secularmente a força de trabalho nos últimos 30 anos. As tendências são semelhantes em todas as sub-regiões, o que nos permite falar da formação de uma reserva de mão de obra continental, para além dos padrões regionais de acumulação próprios do colonialismo, uma vez que a força de trabalho em todos os lugares hoje se conforma a uma única condição semiproletarizada

seus conteúdos tecnológicos e de uso de mão de obra, mesmo que ambos estejam integrados nos mesmos sistemas globais de valor.

Enquanto isso, o desenvolvimento da manufatura permanece atrofiado. Experiências recentes de crescimento orientado para a exportação estiveram sujeitas a tendências semelhantes de integração e subordinação a sistemas globais de valor. O crescimento das exportações industriais concentrou-se principalmente na África do Norte e Austral, onde quatro países — Egito, Marrocos, Tunísia e África do Sul — responderam por dois terços das exportações de manufaturados africanos (AfDB; OECD; UNDP, 2014, 168). Porém, em termos de integração nos sistemas globais de valor, a África Austral continua a ter participação de 40% nos segmentos mais avançados do continente (AfDB; OECD; UNDP, 2014, p. 139). Além da África do Sul em particular, que manteve um setor automotivo, o conjunto de países que experimentaram crescimento industrial inclui a Etiópia, em vestuário e têxteis, Marrocos, no setor aeroespacial, e Nigéria, em eletrônicos. No entanto, a absorção geral de mão de obra na produção industrial — seja com orientação exportadora ou local — permanece muito baixa, em

apenas 12% da força de trabalho total, e isso inclui o setor de mineração (veja abaixo).

Finalmente, o setor de serviços apresenta tendências semelhantes tanto em termos de integração em monopólios globais e orientação exportadora como em finanças, seguros, turismo, entre outros. No entanto, esse é o setor que mais amplamente se dividiu em um componente altamente qualificado e uma base popular muito grande, e, de fato, absorveu em grande parte a crescente força de trabalho semiproletarizada ao longo do último meio século, atravessando as fronteiras rural-urbana e internacionais.

#### 4. SEMIPROLETARIZAÇÃO GENERALIZADA

Em um estudo anterior sobre tendências globais na formação de reservas de trabalho para o período 1991-2012, estimou-se que, em nível global, a força de trabalho “não

Foto: ONU Meio Ambiente/Irene



Catador desmonta eletrônicos em Odo-Iyalaro, Nigéria, para extrair componentes comercializáveis

vulnerável” de “assalariados”, nos termos da OIT — que nos termos de Marx corresponderia aproximadamente à “força de trabalho ativa” —, estava bem abaixo de 50% da força de trabalho global; isso indicou um declínio dramático da força de trabalho ativa em relação ao crescimento das reservas de mão de obra em escala global na virada do século (JHA; MOYO; YEROS, 2017, p. 217). As reservas de mão de obra incluíam a força de trabalho “vulnerável”, representada por “trabalhadores por conta própria” e “trabalhadores familiares contribuintes”, novamente nos termos da OIT. Além disso, a força de trabalho “não vulnerável” estava concentrada nos países “desenvolvidos”, onde a proporção de trabalhadores assalariados era superior a 80%, principalmente no setor de serviços, representando a concentração do proletariado mundial propriamente dito. A grande maioria da força de trabalho mundial, portanto, em todos os setores, está presa a reservas de mão de obra (os “vulneráveis”) que claramente se concentram nas periferias da economia mundial (JHA; MOYO; YEROS, 2017, p. 217).

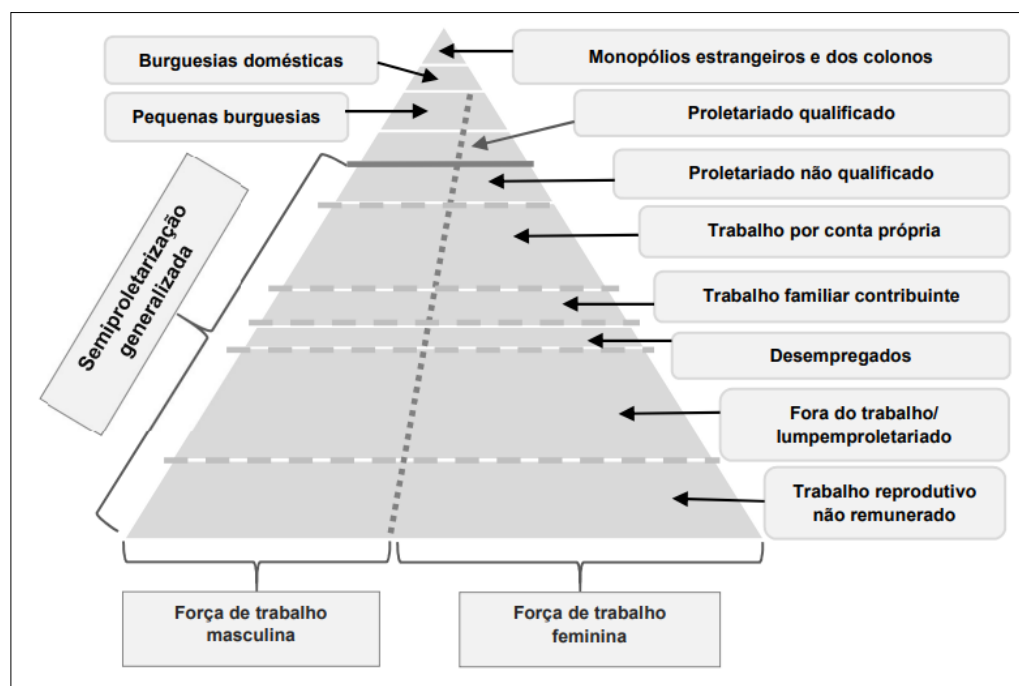
Os dados da OIT (ILO, 2022) para 1991-2020 com referência à África podem lançar alguma luz sobre o tema. Nesse período, a população em idade ativa (acima de 15 anos) na África, incluindo o Norte e a África Subsaariana, dobrou de tamanho, a uma taxa de 2,04, isto é, de 310 milhões para 633 milhões de pessoas, enquanto a taxa de variação para as mulheres especificamente foi superior à dos homens, com 2,27. A população total em 2020, incluindo os menores de 15 anos, era de 1,3 bilhão, o que indica que cerca de metade da população é composta por jovens formalmente fora da força de trabalho, mas que entrarão em idade ativa continuamente em grande número nos próximos anos. Além disso, espera-se que toda a população duplique até 2050, de modo que a questão da formação de reservas de trabalho e as estratégias de absorção do trabalho não podem ser apagadas pela mitologia econômica burguesa.

De fato, o neoliberalismo degradou clara e secularmente a força de trabalho nos últimos 30 anos, como mostram os dados. As tendências são semelhantes em todas as sub-regiões, o que nos permite falar da formação de uma reserva de mão de obra *continental*, para além dos padrões regionais de acumulação próprios do colonialismo, uma vez que a força de

trabalho em todos os lugares hoje se conforma a uma única condição semiproletarizada. A condição de semiproletarização generalizada é precisamente a armadilha em que caiu o continente, como boa parte do Terceiro Mundo. A fase de semiproletarização generalizada difere da fase incipiente discutida acima, pela multiplicação das formas de trabalho existentes hoje e pela intensificação do efeito de “embaçamento” entre as diferentes formas de trabalho.

Na figura 2, tentamos mais uma vez uma representação esquemática da formação social no neocolonialismo tardio. Reinserimos as burguesias no esquema, mas sem considerar em detalhe a evolução de suas frações. Também assumimos que parte da força de trabalho assalariada é “qualificada” e “não vulnerável”, embora o novo conjunto de dados usado aqui não forneça essa distinção. Seguimos também a distinção prévia da OIT em relação aos “trabalhadores por conta própria” “não vulneráveis”, que contratam assalariados — a pequena burguesia de hoje, em nossos termos — *versus* os “trabalhadores por conta própria” “vulneráveis”, que não contratam mão de obra, tanto em zonas rurais quanto urbanas, que novamente não aparecem separados em nosso conjunto de dados. Também incluímos: aqueles classificados na categoria “trabalho familiar contribuinte”, especificamente na produção; os desempregados que são contados como ainda em expectativa de serem empregados; aqueles que se encontram “fora da força de trabalho”, temporariamente ou permanentemente afastados do emprego, incluindo o lumpemproletariado, em nossos termos, e aqueles em situação de trabalho reprodutivo não remunerado, que também não está previsto neste conjunto de dados.

Figura 2 — Formação social da África no neocolonialismo tardio — 2020



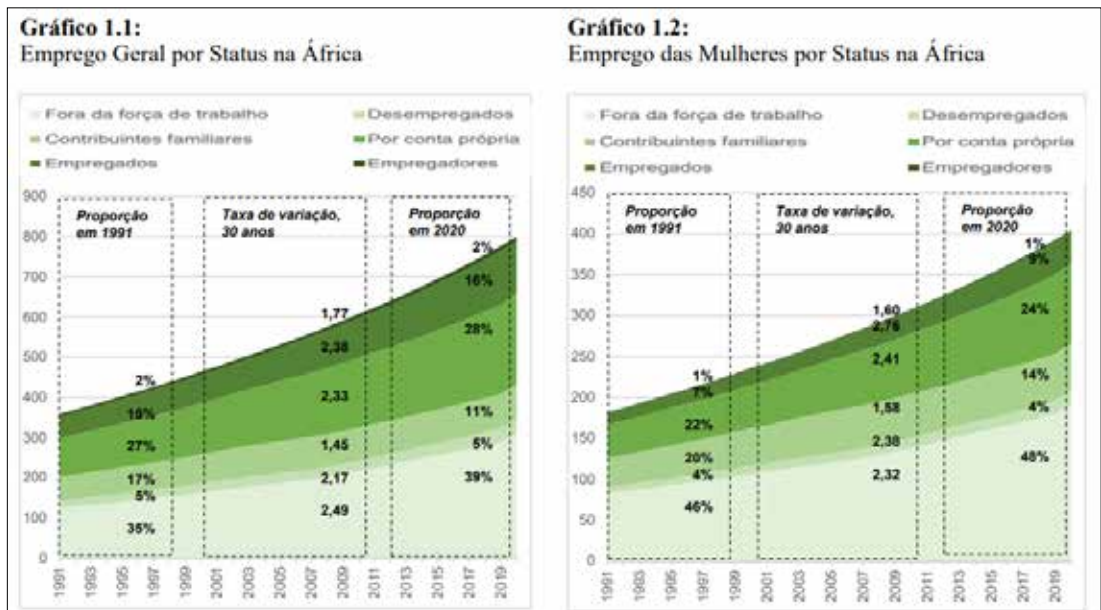
Fonte: elaboração do autor.

Nota: figura sem escala.



Voltando ao conjunto de dados de 1991-2020, que é sugestivo do esquema acima, embora não forneça dados desagregados exatamente como gostaríamos, podemos observar nele o seguinte. No plano continental, incluindo a África do Norte e a África Subsaariana, para a população total em idade economicamente ativa de homens e mulheres em conjunto, a categoria que mais cresce é a de “fora da força de trabalho”, de 35% da população em idade ativa (80 milhões) para 39% (214 milhões), a uma taxa de expansão de 2,49 (gráfico 1.1). Isso inclui jovens “sem emprego, sem educação, sem qualificação”, que atingiram 59,2 milhões (ILO, 2022). Para as mulheres, especificamente, a taxa de variação entre as que estão fora da força de trabalho ficou abaixo da média geral, em 2,32%, mas ainda representou quase metade das mulheres em idade ativa em 2020, em 48% (gráfico 1.2). A categoria de trabalho que mais recuou, de 17% para 11% da força de trabalho total, ou de 20% para 14% entre as mulheres em idade ativa, foi a de “trabalho familiar contribuinte”, composta pelo trabalho familiar não assalariado na produção e nos serviços. O “trabalho por conta própria” aumentou apenas ligeiramente, de 27% para 28% da força de trabalho total —, e de 22% para 24% entre as mulheres —, mas permaneceu a segunda maior categoria depois da de “fora da força de trabalho”. O trabalho assalariado também aumentou apenas ligeiramente ao longo dos 30 anos, de 15% para 16% no total — e de 7% para 9% entre as mulheres — embora a taxa de variação entre as mulheres tenha sido acima da média, em 2,76 (contra 2,38 para a força de trabalho total), e foi, de fato, nesses termos agregados, a maior taxa de variação entre todas as categorias nesse período de 30 anos, apesar da ainda baixa proporção de mulheres na força de trabalho. Enquanto isso, o “desemprego” formal durante esse período de 30 anos permaneceu parado em 5% da força de trabalho total, e 4% entre as mulheres em idade ativa. A pequena burguesia que emprega trabalho também permaneceu estacionária proporcionalmente, em 2% no total, ou 1% entre as mulheres, o que mostra *inter alia* que a proporção de empregadoras femininas de pequeno porte permaneceu em um terço da dos homens. A taxa de crescimento da pequena burguesia tem sido relativamente baixa, 1,77 no geral, ou 1,6 para as mulheres.

### Tendências da situação de emprego na África — 1991-2020

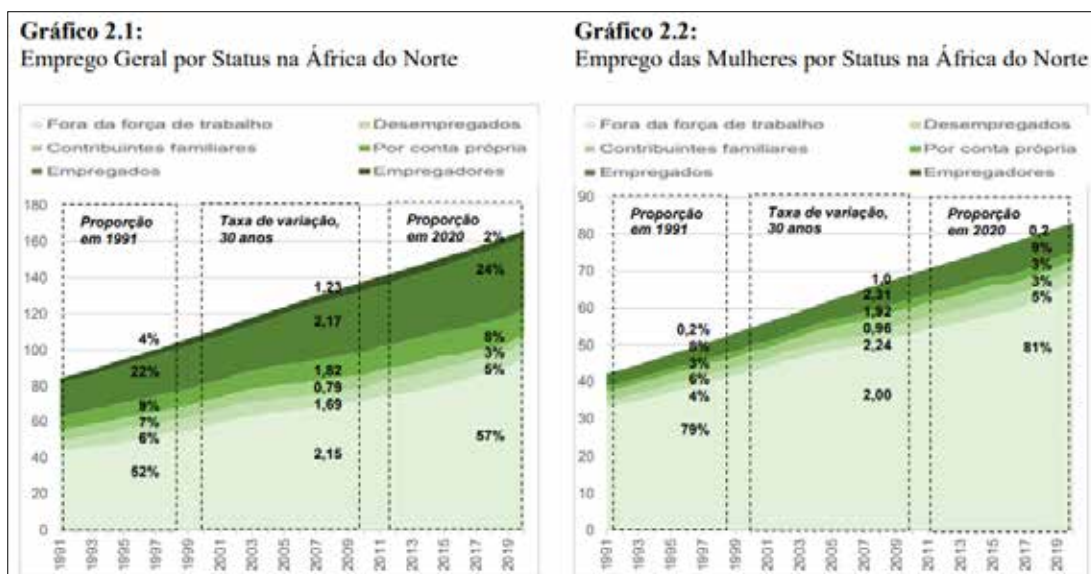


Fonte: ILO (2022).

Com base nesse conjunto de dados, podemos supor que: (a) a proletarização em geral avançou muito lentamente sob o neoliberalismo, embora em ritmo mais alto entre as mulheres; (b) a grande redução no trabalho familiar contributivo (-6%) provocou uma canalização apenas parcial de pessoas para o trabalho assalariado (+1% no total, ou +2% para as mulheres), em parte para o trabalho por conta própria (+1% geral, ou +2% para as mulheres), e principalmente para fora da força de trabalho, especialmente entre os homens (+4% no total, ou +2% para as mulheres); (c) a pequena burguesia, como empregadora, não aumentou sua proporção global e permaneceu concentrada entre os homens; (d) o desemprego formal também permaneceu baixo e inalterado em termos proporcionais para homens e mulheres.

As tendências sub-regionais revelam variações nesse quadro geral. Em 2020, o nível mais alto de proletarização estava na África do Norte e Austral, com 24% da força de trabalho total em ambas as regiões. No entanto, no Norte da África, a proletarização é muito baixa entre as mulheres (9%), indicando que se encontra altamente concentrada entre os homens, enquanto na África Austral essa concentração é menor, pois aí, entre as mulheres, 18% são proletarizadas (gráficos 2.1, 2.2). Ao mesmo tempo, a polarização entre proletarização e exclusão da força de trabalho é maior na África do Norte, onde 57% da população em idade ativa está fora da força de trabalho, situação ainda mais dramática entre as mulheres, com 81%. Na África do Norte, todas as categorias intermédias para mulheres e homens — desempregadas e desempregados, trabalhadoras e trabalhadores familiares contribuintes e trabalhadoras e trabalhadores por conta própria — são de dimensão muito inferior (juntos, os dois gêneros representam apenas 16% da força de trabalho total, ou 11% entre as mulheres), ao passo que também a pequena burguesia está muito concentrada entre os homens.

### Tendências da situação de emprego na África do Norte — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

Na África Austral (gráficos 3.1, 3.2), 34% do total da população em idade ativa está fora da força de trabalho, taxa que aumenta para 38% entre as mulheres, seguindo-se o trabalho por conta própria, com 26% para homens e mulheres, que se aproxima das médias

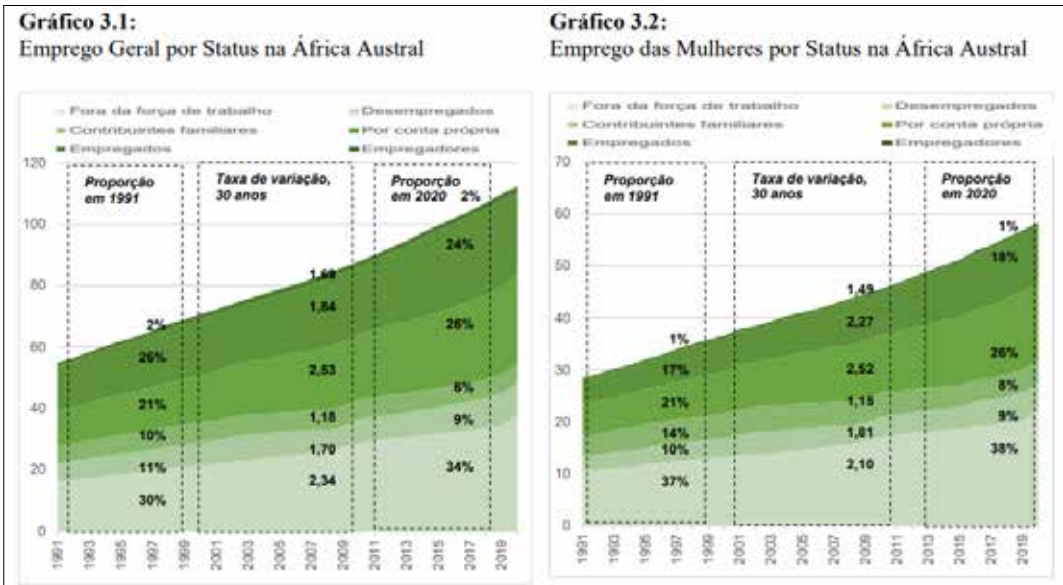
Foto: SunshineSeeds/Depositphotos



Trabalhadores em mina de platina de Joanesburgo, África do Sul, agosto de 2008

continentais, e um nível mais baixo de desempregados formais e familiares contribuintes, de 15% da força de trabalho total, ou 17% entre as mulheres. A proporção da pequena burguesia é igual à média continental para homens e mulheres. Em outras palavras, apesar de um nível de proletarização ainda mais alto em relação à maioria das outras regiões, a noção de uma questão de trabalho excepcional na África Austral erodiu na medida em que se evidenciam níveis comparáveis de trabalho por conta própria, trabalho fora da força de trabalho e presença da pequena burguesia.

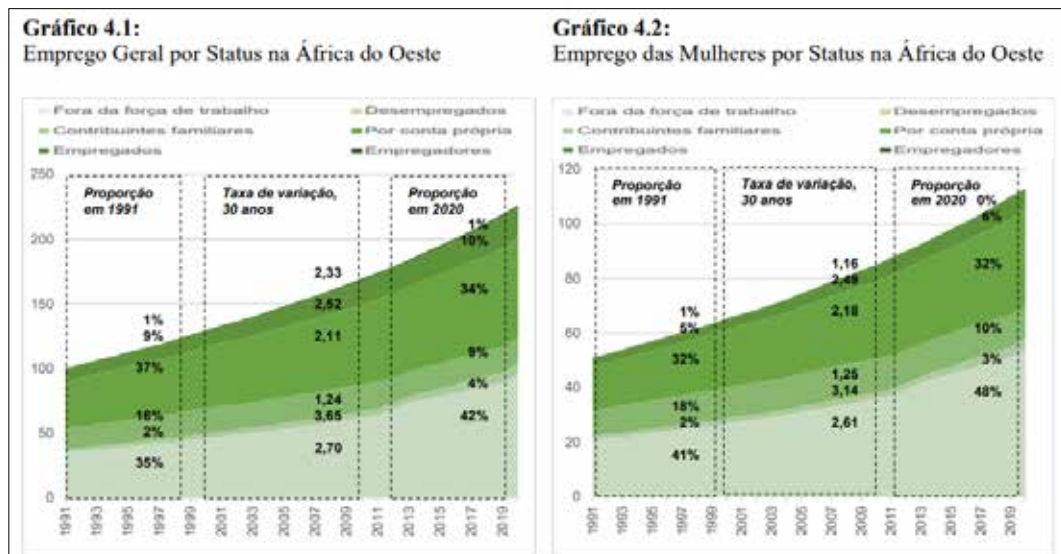
### Tendências da situação de emprego na África Austral — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

A África Ocidental (gráficos 4.1, 4.2), em contraste, tem o nível mais baixo de proletarização, abaixo da média continental, com 10% da força de trabalho total, e tão baixo quanto 6% entre as mulheres. Porém, nessa região, um declínio maior, de 7% do total de familiares contribuintes — correspondendo a um declínio de 8% entre as mulheres —, juntamente com um declínio de 3% entre os trabalhadores por conta própria, concentrado entre os homens, foi canalizado em parte (+2%) para o desemprego, mas principalmente para aqueles fora da força de trabalho, categoria que ganhou 7% para homens e mulheres. O tamanho da pequena burguesia também está abaixo da média continental e também concentrado entre os homens.

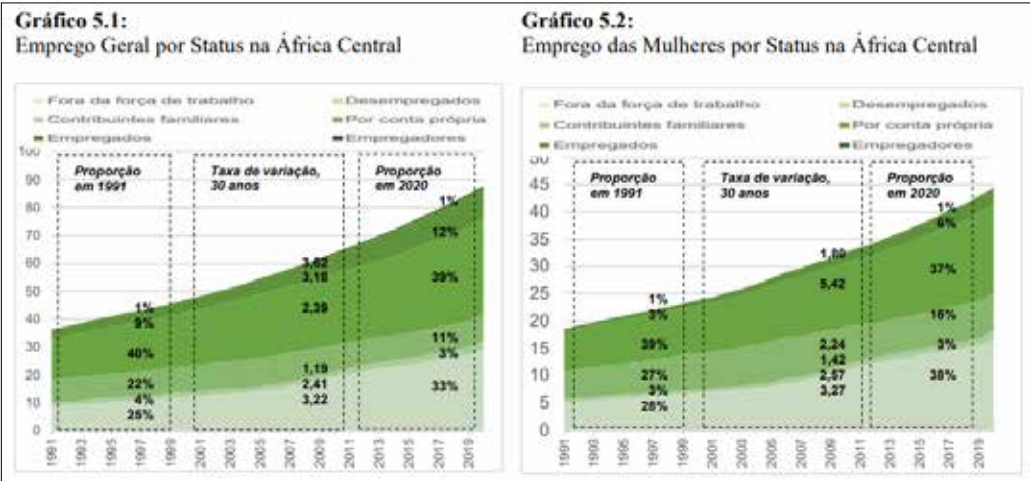
Tendências da situação de emprego na África do Oeste — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

A África Central (gráficos 5.1, 5.2) tem um nível de proletarização semelhante ao da África Ocidental, com 12% da força de trabalho total e 6% entre as mulheres. No entanto, a África Central registra a maior taxa de proletarização entre as mulheres, com um aumento de cinco vezes (5,42), ou o dobro da taxa média continental. A proporção da população total em idade ativa fora da força de trabalho é significativamente menor na África Central, 33% do total — e 38% entre as mulheres —, mas a taxa de aumento também é muito maior, 3,22 e 3,27, respectivamente, em comparação com África Ocidental (2,7 e 2,62, respectivamente). Ou seja, além do crescimento do trabalho assalariado, a população em idade ativa fora da força de trabalho tem sido a categoria que cresce em função do declínio de outras categorias, especialmente entre familiares contribuintes (-11% para homens e mulheres), acima da categoria de trabalho assalariado. Nenhuma mudança significativa ocorreu na pequena burguesia, que parece semelhante entre homens e mulheres.

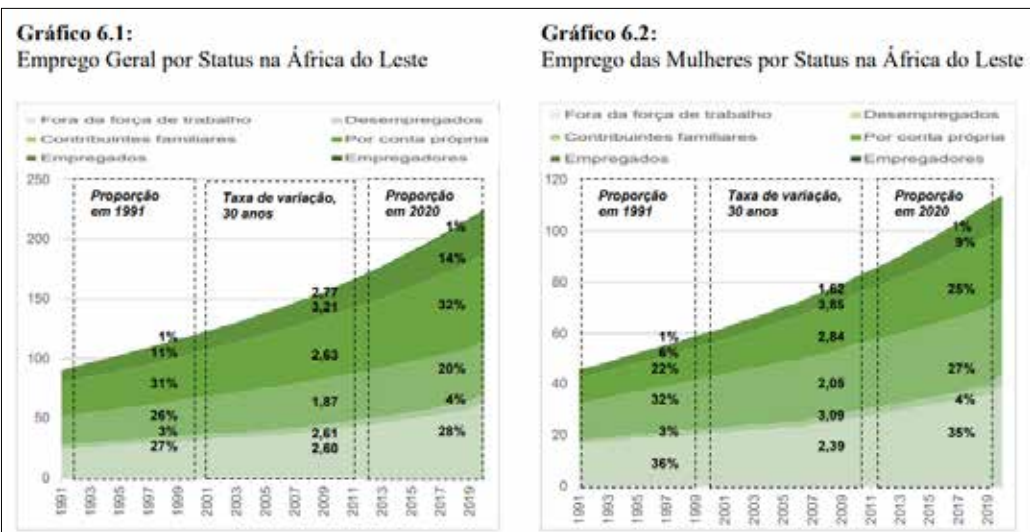
Tendências da situação de emprego na África Central — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

A África Oriental (gráficos 6.1, 6.2) mantém uma posição próxima à África Ocidental e Central em termos de níveis de proletarização, com 14% do total e 9% entre as mulheres. No entanto, a taxa de proletarização tem sido superior à da África Ocidental, 3,31 para a força de trabalho total, ou 3,85 para as mulheres. A categoria que novamente mais declinou é a de familiares contribuintes, 6% para a força de trabalho total e 5% entre as mulheres. No entanto, tal declínio não resultou em uma canalização significativa de pessoas para fora da força de trabalho, mas foi amplamente absorvido em parte pelo trabalho por conta própria (+1% no total, ou +3% para as mulheres) e principalmente pela proletarização (+3% para ambos, homens e mulheres). Nenhuma mudança significativa ocorreu na pequena burguesia, que novamente parece semelhante entre homens e mulheres.

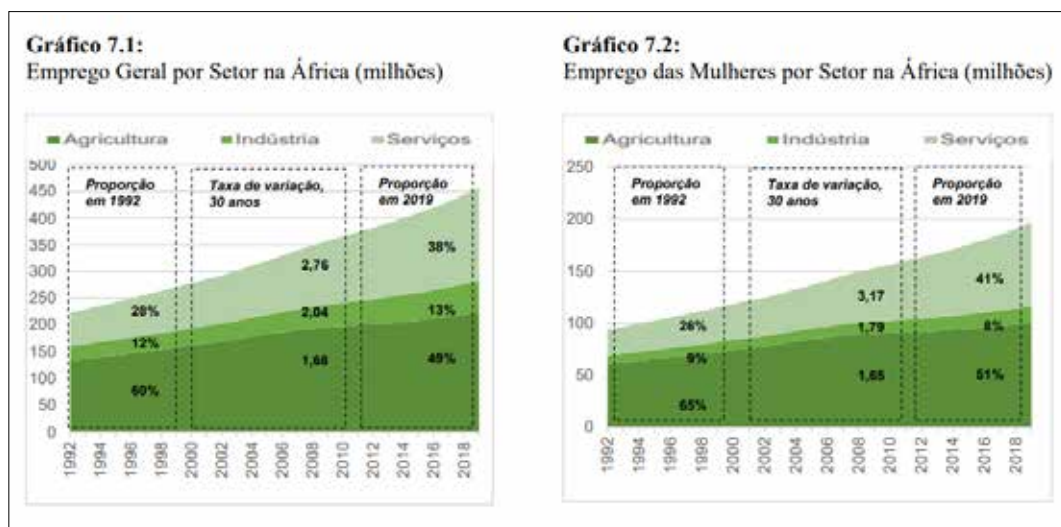
Tendências da situação de emprego na África do Leste — 1991-2020



Fonte: ILO (2022).

A distribuição setorial do emprego é ainda mais significativa. Em termos continentais, a principal mudança foi o declínio no emprego agrícola ao longo dos 30 anos, de 60% para 49% no total, que foi mais acentuado para as mulheres, de 65% para 51% (gráficos 7.1, 7.2). Esse declínio do emprego na agricultura foi canalizado quase inteiramente para os setores de serviços, que cresceram globalmente de 28% para 38%, e ainda mais entre as mulheres, de 26% para 41%. O emprego industrial em geral aumentou apenas 1%, concentrado entre os homens, dado que o emprego industrial entre as mulheres diminuiu 1%. Assim, a categoria de trabalho por conta própria, que, como mostrado acima, é a categoria para a qual a maior parte da mão de obra foi canalizada (depois da de fora da força de trabalho), está fortemente concentrada no setor de serviços. Portanto, parece também que o pequeno aumento geral da proletarianização discutido anteriormente não ocorreu no setor industrial; na verdade, como mencionado acima, para as mulheres, o emprego industrial diminuiu 1%.

Tendências da situação de emprego na África, por setor econômico — 1992-2019

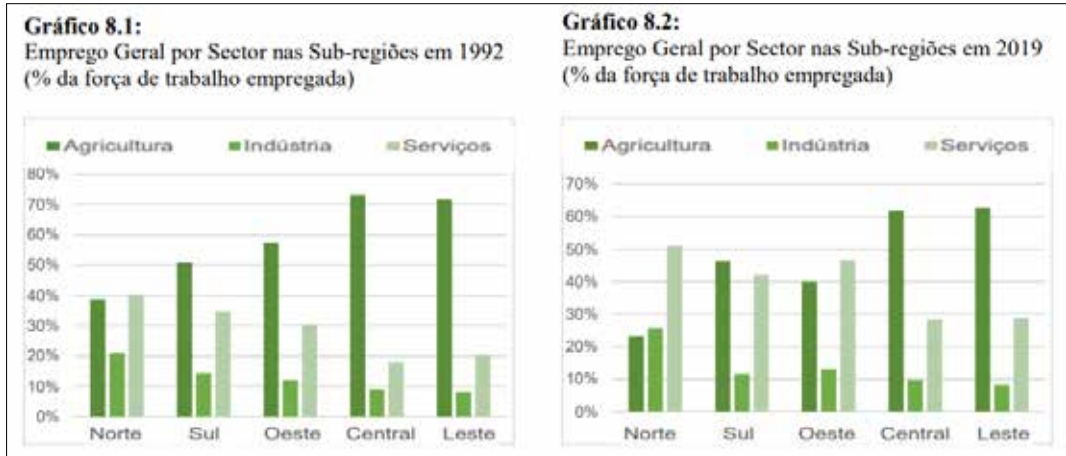


Fonte: ILO (2022).

Finalmente, a distribuição setorial do emprego entre as sub-regiões pode nos dar mais algumas pistas sobre a mudança nos padrões de acumulação (gráficos 8.1, 8.2). Em 1992, em todas as regiões, exceto no Norte da África, a agricultura era o setor de emprego dominante; apenas no Norte de África o setor de serviços era ligeiramente superior ao da agricultura em termos de emprego (mas ambos com cerca de 40%). O emprego na agricultura estava um pouco acima de 50% na África Austral e Ocidental, e acima de 70% na África Central e Oriental. O emprego em serviços na África do Norte, Austral, do Oeste, Central e do Leste situava-se em 40%, 35%, 30%, 18% e 20%, respectivamente. O emprego industrial na África do Norte, Austral, do Oeste, Central e do Leste era de 21%, 14%, 12%, 9% e 8%, respectivamente. Essa distribuição mudou drasticamente nos 30 anos seguintes, com o crescimento do setor de serviços, mas ainda de forma desigual. No Norte e Oeste da África, os serviços ultrapassaram a agricultura, atingindo 51% contra 23% no Norte da África e 47% contra 40% na África do Oeste. A África Austral parece estar se aproximando desse ponto,

dado que o emprego nos serviços, com 42%, está próximo ao emprego na agricultura, com 46%. Na África Central e Oriental, apesar do crescimento substancial do emprego nos serviços, até 28% e 29%, respectivamente, a agricultura continua a ser, de longe, o maior setor de emprego, com 62% e 63%, respectivamente. O emprego industrial cresceu principalmente no Norte da África, de 21% para 26%; diminuiu na África Austral, de 14% para 12%; aumentou marginalmente na África do Oeste e Central, de 12% para 13% e de 9% para 10%, respectivamente; e estagnou na África do Leste.

Emprego geral nas sub-regiões da África, por setor econômico — 1992-2019



Fonte: ILO (2022).

Em termos de distribuição setorial do emprego entre as regiões, portanto, podemos concluir que o Norte da África se destaca pelo nível mais alto de emprego industrial entre as regiões, o mais baixo na agricultura e, novamente, o mais alto em serviços. A África Austral e a do Oeste tornaram-se muito semelhantes na sua distribuição setorial do emprego, com níveis mais elevados e quase iguais de emprego na agricultura e serviços e níveis baixos e quase iguais na indústria. A África Central e a do Leste também têm uma distribuição setorial de emprego muito semelhante, com níveis mais altos e quase iguais de emprego na agricultura, seguidos por níveis mais baixos e iguais em serviços e níveis mais baixos e iguais na indústria.

## 5. OBSERVAÇÕES FINAIS ACERCA DOS DESAFIOS POLÍTICOS

Ainda há muito a dizer sobre essas tendências continentais e as comparações feitas com as demais regiões do Terceiro Mundo. O que se mostrou neste artigo é que a tendência à convergência estrutural na África, embora envolva diversas dimensões, ainda a serem verificadas, é fundamentalmente ligada ao crescimento maciço de reservas de trabalho, hoje coextensivas no continente. Os dados da OIT demonstram que todas as regiões, a despeito da sua formação colonial, tomaram o mesmo rumo no que tange a essas transformações no mundo do trabalho. Tal constatação não elimina as particularidades de cada macrorregião, porém aponta para um problema comum que se apresenta para a questão do desenvolvimento no continente no século XXI. Trata-se, de fato, de uma crise existencial que ademais

se soma às outras crises — ambientais, energéticas, alimentares — geradas pelo capitalismo monopolista nesta fase do colonialismo tardio.

Claramente, a urgência é de uma mudança radical de direção para a planificação soberana no interesse de absorver, estabilizar e melhorar o nível de reprodução social da força de trabalho, *no intervalo de uma geração*. Isso requer não *catching up*, mas “desconexão”, ou *delinking*, no sentido apresentado por Amin (1990), com o objetivo de estabelecer o equilíbrio rural-urbano de uma maneira sustentável sob as condições ambientais em transição. Isso significa o contrário de promover o êxodo rural; significa assegurar direito à terra para todos os povos rurais e urbanos e modernização da produção agrícola em pequena escala, juntamente com a industrialização rural e urbana. *A verdadeira questão para a próxima geração é como obter um planejamento central para uma economia que aposte na expansão da pequena burguesia — de micro, pequenas e médias empresas, as que mais absorvem mão de obra — juntamente com uma economia impulsionada por grandes investimentos públicos em apoio à acumulação por baixo em uma base social ampliada, e ademais com apoio cada vez maior ao cooperativismo para a aceleração da absorção da mão de obra e da tecnologia*. O crescimento do emprego industrial, em particular, teria de quintuplicar até 2050 em indústrias de pequeno, médio e maior porte capazes de absorver mão de obra, como aquelas ligadas à agricultura, que em geral continua sendo a maior empregadora em pequenas unidades de produção, bem como aquelas ligadas à transformação dos recursos minerais e à produção em larga escala de bens de consumo e de capital.

O desenvolvimento acelerado das forças produtivas levanta novamente a questão da acumulação original. Na medida em que é necessária uma força motriz para tal acumulação, a burguesia é incapaz de visão ou compromisso. Na melhor das hipóteses, frações da classe capitalista poderiam ser cooptadas por uma estratégia de acumulação introvertida em bases nacionais e regionais. Mas isso pressupõe uma forte autonomia e coordenação regional, planificação central e investimento público para uma estratégia de desenvolvimento das forças produtivas e utilidades públicas. E no que diz respeito à fonte de acumulação, não se trata mais de separar os produtores dos meios de produção — pois isso já está avançado — ou de espremer o campesinato, que não aguenta mais ser espremido. A resposta está precisamente na ruptura e na desconexão, que deve incluir autonomia monetária regional, moratória da dívida e nacionalização das finanças. Por mais doloroso que seja esse caminho no início, é o único que liberará recursos financeiros para investimentos públicos, em vez de perpetuar a transferência de riqueza, ou mesmo esperar que forças externas realizem a tarefa. A desconexão deve também incluir os setores de energia e mineração e oferecer melhores condições às economias concessionárias para viabilizar a apropriação e reversão da renda extrativista para fins de investimento público.

*A força revolucionária que deve prevalecer para que tal planificação central seja obtida consiste em nada menos que as camponesas e os camponeses, as trabalhadoras e trabalhadores semiproletarizados e os povos oprimidos, especialmente as mulheres, que mais carregam o peso da semiproletarização generalizada* (YEROS, 2021). Essas são as forças mais capazes de aderir à ideologia proletária e ao compromisso com a visão pan-africanista que deve orientar a planificação central e a coordenação regional para a próxima geração. A tarefa urgente para essa força política continua sendo a superação da “onguização” da política e da “pureza” ideológica, ambas patrocinadas por colonos e estrangeiros.



\* Professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC) e membro dos bacharelados em Ciências Econômicas e Ciências & Humanidades e da pós-graduação em Economia Política Mundial. É pesquisador afiliado do Instituto Africano Sam Moyo para Estudos Agrários (Zimbábue) e editor da revista *Agrarian South: Journal of Political Economy* (SAGE-Índia). Coordena a Agrarian South Network (ASN), rede tricontinental de pesquisa, e o Coletivo Novo Bandung, sediado na UFABC. Sua pesquisa abrange temas em economia mundial e desenvolvimento, questão nacional, relações agrárias e de trabalho e África contemporânea. *E-mail*: paris.yeros@ufabc.edu.br

**Agradecimentos:** este artigo é resultado de um estudo iniciado durante o meu estágio de pós-doutoramento no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), a partir de 2001. As condições para esta pesquisa têm sido sustentadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), incluindo seu apoio à minha instituição de origem, o Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. As ideias aqui apresentadas se desenvolveram nessas instituições brasileiras, em parceria com o Instituto Africano Sam Moyo, do qual sou pesquisador afiliado desde 2002, e através das pesquisas colaborativas conduzidas no âmbito da ASN em escala tricontinental. Este artigo é dedicado à professora UtsaPatnaik e ao professor Prabhat Patnaik, recém-aposentados da Universidade Jawaharlal Nehru, em Nova Déli, cuja liderança intelectual tem sido uma grande inspiração para todos nós da Rede. Agradeço também a colegas que leram versões anteriores deste artigo: Lincoln Secco, Praveen Jha, Archana Prasad, Lyn Ossome, Walter Chambati, FreedomMazwi e as (os) pareceristas da revista *Princípios*.

► Texto recebido em 30 de junho de 2022; aprovado em 15 de setembro de 2022.

AfDB; OECD; UNDP. **Perspectivas econômicas em África 2014**: as cadeias de valor globais e a industrialização de África. Abidjan: AfDB, 2014.

AMANOR, Kojo S. Global value chains and agribusiness in Africa: upgrading or capturing smallholder production?. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 30-63, 2019.

AMANOR, Kojo S.; MOYO, Sam (Ed.). **Land and sustainable development in Africa**. London; New York: Zed Books, 2008.

AMANOR-WILKS, Dede. Land, labour and gendered livelihoods in a “peasant” and a “settler” economy. **Feminist Africa**, v. 12, n. 2, p. 31-50, 2009.

AMIN, Samir. **Delinking**: towards a polycentric world. Tradução M. Wolfers. London; New Jersey: Zed Books, 1990.

\_\_\_\_\_. **Imperialism and unequal development**. New York: Monthly Review, 1977.

\_\_\_\_\_. Underdevelopment and dependence in black Africa: origins and contemporary forms, **The Journal of Modern African Studies**, v. 10, n. 4, p. 503-524, 1972.

\_\_\_\_\_. Understanding the political economy of contemporary Africa. **African Development**, v. 39, n. 1, p. 15-36, 2014.

\_\_\_\_\_. **The law of worldwide value**. Tradução B. Pierce e S. Mage. New York: Monthly Review Press, 2010.

\_\_\_\_\_. The new imperialist structure. **Monthly Review**, v. 71, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2019/07/01/the-new-imperialist-structure>>. Acesso em: 20 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism**. Tradução B. Pierce. Sussex: The Harvester Press, 1976.

ARRIGHI, Giovanni. Labour supplies in historical perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia. **Journal of Development Studies**, v. 6, n. 3, p. 197-234, 1970.

AU [African Union]. **Africa mining vision**. Addis Ababa: African Union, 2009.

BRYCESON, Deborah F.; GEENEN, Sara. Artisanal frontier mining of gold in Africa: occupational transformation in Tanzania and the Democratic Republic of Congo. **African Affairs**, v. 115, n. 459, p. 296-317, 2016.

BRYCESON, Deborah F.; JØNSEN, Jesper B. Gold digging careers in rural East Africa: small-scale miners' livelihood choices. **World Development**, v. 38, n. 3, p. 379-392, 2009.

BUSH, R. Undermining Africa. **Historical Materialism**, v. 12, n. 4, p. 173-201, 2004.

CABRAL, Amílcar. **Arma da teoria**: unidade e luta. 2. ed. Lisboa: Seara Nova, 1978. v. 1.

CARMODY, Pdraig. **The new scramble for Africa**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011.

CHAMBATI, Walter. **Trajectories of rural labour in Southern Africa**: revisiting the proletarianisation, semi-proletarianisation, de-agrarianisation and re-peasantisation theses. Mimeo, 2022.

\_\_\_\_\_; MAZWI, Freedom. Contract farming in Zimbabwe: review of issues, debates and practice with a special reference to cotton, tobacco and sugar. In: JHA, Praveen; YEROS, Paris; CHAMBATI, Walter; MAZWI, Freedom. (Org.). **Farming and working under contract**: peasants and workers in global agricultural value systems. New Delhi: Tulika Books, 2022. p. 127-157.

DEERE, Carmen D. Rural women's subsistence production in the capitalist periphery. **Review of Radical Political Economics**, v. 8, n. 9, p. 9-17, 1976.

DE JANVRY, Alain. **The agrarian question and reformism in Latin America**. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1981.

CORDELL, Dennis D.; GREGORY, Joel W.; PICHÉ, Victor. **Hoe and wage**: a social history of a circular migration system in West Africa. Boulder: Westview Press, 1998.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FIRST, Ruth. **Black gold**. Sussex: Harvester, 1983.

GEENEN, Sara. **African artisanal mining from inside out**: access, norms and power in Congo's gold sector. Abingdon: Routledge, 2015.

HALL, Ruth; SCOONES, Ian; TSİKATA, Dzodzi (Org.). **Africa's land rush**: rural livelihoods and agrarian change. Suffolk; Rochester: James Currey, 2015.

- ILO. **World economic and social outlook data finder**. Genève: ILO, 2022. Disponível em: <[www.ilo.org/wesodata](http://www.ilo.org/wesodata)>. Acesso em: 17 maio 2022.
- JACOBS, Ricardo. An urban proletariat with peasant characteristics: land occupations and livestock raising in South Africa. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 5-6, p. 884-903, 2018.
- JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the global South**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021.
- JHA, Praveen; YEROS, Paris; CHAMBATI, Walter; Mazwi, Freedom (Org.). **Farming and working under contract: peasants and workers in global agricultural value systems**. New Delhi: Tulika Books, 2022.
- JHA, Praveen; MOYO, Sam; YEROS, Paris. Capitalism and “labour reserves”: a note. In: CHANDRASEKHAR, C.P.; GHOSH, Jayati (Org.). **Interpreting the world to change it: essays for Prabhat Patnaik**. New Delhi: Tulika Books, 2017. p. 205-237.
- HILSON, Gavin; GARFORTH, Chris. “Agricultural poverty” and the expansion of artisanal mining in Sub-Saharan Africa: experiences from Southwest Mali and Southeast Ghana. **Population Research and Policy Review**, v. 31, n. 3, p. 435-464, 2012.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**, Tradução C. Iperioig. São Paulo: Proposta, 1980.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LI, Minqi. **The rise of China and the demise of the capitalist world economy**. London: Pluto Press, 2008.
- MABHENA, Clifford. Mining with a “vuvuzela”: reconfiguring artisanal mining in Southern Zimbabwe and its implications to rural livelihoods. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 30, n. 2, p. 219-233, 2012.
- MAFEJE, Archie. On the articulation of modes of production: review article. **Journal of Southern African Studies**, v. 8, n. 1, p. 123-138, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Science, ideology and development: three essays on development theory**. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1978.
- \_\_\_\_\_. The agrarian question, access to land, and peasant responses in Sub-Saharan Africa. **Civil Society and Social Movements Programme Paper**, n. 6. Geneva: UNRISD, 2003.
- \_\_\_\_\_. **The theory and ethnography of African social formations: the case of the interlacustrine kingdoms**. Dakar: CODESRIA, 1991.
- MAMDANI, Mahmood. **Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MANJI, Ambreena. **The politics of land reform in Africa: from communal tenure to free markets**. London; New York: Zed Books, 2006.
- MAO, Tsé-tung. Analysis of the classes in Chinese society (March 1926). **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Disponível em: <[www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1\\_1.htm](http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_1.htm)>. Acesso em: 20 set. 2022.
- MARTINIELLO, Giuliano; AZAMBUJA, Ricardo. Contracting sugarcane farming in global agricultural value chains in Eastern Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 208-231, 2019.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.
- MAZWI, Freedom; MUDIMU, George T.; HELLIKER, Kirk (Org.). **Capital penetration and the peasantry in Southern and Eastern Africa: neoliberal restructuring**. Cham: Springer, 2022.
- MBILINYI, Marjorie J. Agribusiness and women peasants in Tanzania. **Development and Change**, v. 19, n. 4, p. 549-583, 1988.
- MEAGHER, Kate. Working in chains: African informal workers and global value chains. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 64-92, 2019.
- MKODZONGI, Grasian. Primitive accumulation and exploitative labour relations in Zimbabwe’s artisanal and small-scale gold mining (ASGM) sector: the case of Mhondoro Ngezi. In: JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the global South**. Singapura: Palgrave Macmillan, 2021. p. 205-224.
- MKODZONGI, Grasian; SPIEGEL, Samuel. Artisanal gold mining and farming: livelihood linkages and labour dynamics after land reforms in Zimbabwe. **Journal of Development Studies**, v. 55, p. 1-17, 2018.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.

MOYO, Sam. **African land questions, agrarian transitions and the State**: contradictions of neoliberal land reforms. Dakar: CODESRIA, 2008.

MOYO, Sam; JHA, Praveen; YEROS, Paris (Ed.). **Reclaiming Africa**: scramble and resistance in the 21st century. Singapore: Springer, 2019.

\_\_\_\_\_. The agrarian question and trajectories of economic transformation: a perspective from the South. In: REINERT, Erik S.; GHOSH, Jayati; KATTEL, Rainer (Org.). **Handbook of alternative theories of economic development**. Northampton: Edward Elgar, 2016. p. 487-503.

MOYO, Sam; JHA, Praveen; YEROS, Paris The classical agrarian question: myth, reality and relevance today. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 1, p. 93-119, 2013.

MOYO, Sam; TSİKATA, Dzodzi; DIOP, Yakham (Ed.). **Land in the struggles for African citizenship**. Dakar: CODESRIA, 2015.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. After Zimbabwe: State, nation and region in Africa. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Reclaiming the nation**: the return of the national question in Africa, Asia and Latin America. London: Pluto Press, 2011. p. 78-102.

\_\_\_\_\_. The resurgence of rural movements under neoliberalism. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Reclaiming the land**: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America. London; Cape Town: Zed Books; David Philip, 2005. p. 8-64.

\_\_\_\_\_. The Zimbabwe model: radicalisation, reform and resistance. In: MOYO, Sam; CHAMBATI, Walter (Org.). **Land and agrarian reform in Zimbabwe**: beyond white-settler capitalism. Dakar: CODESRIA, 2013. p. 331-358.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. The Zimbabwe question and the two lefts. **Historical Materialism**, n. 15, p. 171-204, 2007.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen. Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

\_\_\_\_\_. Peasant farming in Sub-Saharan Africa: contemporary trajectories and prospects. In: BANERJEE, Arindam; CHANDRASEKHAR, C.P. (Org.). **Dispossession, deprivation and development**: essays for Utsa Patnaik. New Delhi: Tulika Books, 2018. p. 10-36.

NAIDU, Sirisha C.; OSSOME, Lyn. Social reproduction and the agrarian question of women's labour in India. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 5, n. 1, p. 50-76, 2016.

NKRUMAH, Kwame. **Class struggle in Africa**. New York: International Publishers, 1971.

OBI, Cyril. Transnationalism, Africa's resource curse and contested sovereignties: the struggle for Nigeria's Niger Delta. In: CORNELISSEN, Scarlett; CHERU, Fantu; SHAW, Timothy (Ed.). **Africa and international relations in the 21st Century**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

OBI, Cyril; RUSTAD, Siri A. (Org.). **Oil and insurgency in the Niger delta**: managing the complex politics of petro-violence. London; Uppsala: Zed Books; The Nordic Africa Institute, 2011.

O'LAUGHLIN, Bridget. Proletarianisation, agency and changing rural livelihoods: forced labour and resistance in colonial Mozambique. **ISS Working Paper Series**, n. 354, 2001.

OSSOME, Lyn. Introduction: the social reproductive question of land contestations in Africa, **African Affairs**, 2021. Disponível em: <<https://doi-org.eres.qnl.qa/10.1093/afraf/adab032>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

OSSOME, Lyn. Pedagogies of feminist resistance: agrarian movements in Africa. In: TSİKATA, Dzodzi; PRASAD, Archana; YEROS, Paris (Org.). **Gender in agrarian transitions**: liberation perspectives from the South. New Delhi: Tulika Books, 2023. No prelo.

OSSOME, Lyn; NAIDU, Sirisha. The agrarian question of gendered labour. In: JHA, Praveen; CHAMBATI, Walter; OSSOME, Lyn (Org.). **Labour questions in the global South**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021. p. 63-86.

PATNAIK, Prabhat. Capitalism and inequality. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 4, n. 2, p. 153-168, 2015.

\_\_\_\_\_. Contemporary capitalism and the world of work. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 8, n. 1-2, p. 303-316, 2019.

- \_\_\_\_\_. The concept of primitive accumulation of capital. **Marxist**, v. 33, n. 4, p. 1-9, 2017.
- \_\_\_\_\_. **The value of money**. New Delhi: Tulika Books, 2008.
- PATNAIK, Utsa; MOYO, Sam. **The agrarian question in the neoliberal era: primitive accumulation and the peasantry**. Cape Town; Dakar; Nairobi; Oxford; Dar es Salaam: Pambazuka Press; Mwalimu Nyerere Chair in Pan-African Studies; University of Dar es Salaam, 2011.
- PATNAIK, Utsa; PATNAIK, Patnaik. **A theory of imperialism**. New York: Columbia University Press, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Capital and imperialism: theory, history and the present**. New York: Monthly Review Press, 2021.
- PRASAD, Archana. Adivasi women, agrarian change and forms of labour in neo-liberal India. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, n. 5, n. 1, p. 20-49, 2016.
- RODNEY, Walter. **How Europe underdeveloped Africa**. Dar es Salaam: Tanzanian Publishing House, 1972.
- \_\_\_\_\_. Plantation society in Guyana. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 4, n. 4, p. 643-666, 1981.
- SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis; Buenos Aires: Vozes; Clacso, 2000.
- SHIVJI, Issa G. **Accumulation in an African periphery: a theoretical framework**. Dar es Salaam: Mkukina Nyota Publishers, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Class struggles in Tanzania**. New York; London: Monthly Review Press, 1976.
- TORVIKEY, Gertrude D. The boom and bust of industrial Cassava contract farming scheme in South-Eastern Ghana. In: JHA, P. et al. (Org.). **Farming and working under contract: peasants and workers in global agricultural value systems**. New Delhi: Tulika Books, 2022. p. 314-333.
- TSIKATA, Dsikata. Gender, land and labour relations and livelihoods in Sub-Saharan Africa in the era of economic liberalisation: towards a research agenda. **Feminist Africa**, v. 12, p. 11-30, 2009.
- \_\_\_\_\_. Gender, land tenure and agrarian production systems in Sub-Saharan-Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, n. 5, n. 1, p. 1-19, 2016.
- \_\_\_\_\_. The transmission of global norms and standards to sub-national spaces: a view of the coalface of contract farming in Ghana. In: JHA, P. et al. (Org.). **Farming and working under contract: peasants and workers in global agricultural value systems**. New Delhi: Tulika Books, 2022. p. 255-278.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical capitalism**. London: Verso, 1983.
- WHITEHEAD, Ann. The gendered impacts of liberalization policies on African agricultural economies and rural livelihoods. In: RAZAVI, S. (Org.). **The gendered impacts of liberalization**. London: Routledge; UNRISD, 2009. p. 37-62.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalism and slavery**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994.
- WISE, Timothy A. Failing Africa's farmers: an impact assessment of the alliance for a green revolution in Africa. **Global Development and Environment Institute Working Paper**, n. 20-01, p. 1-38, 2020.
- YATES, Douglas A. **The rentier State in Africa: oil rent dependency and neocolonialism in the Republic of Gabon**. Trenton: African World Press, 1996.
- YEROS, Paris. Elementos de um novo Bandung: para uma frente de solidariedade internacional. **ASN Research Bulletin**, n. 10, p. 26-40, Aug.-Sept. 2021. Disponível em: <[www.agrariansouth.org/wp-content/uploads/2021/11/YEROS\\_\\_Elementos-de-um-Novo-Bandung.pdf](http://www.agrariansouth.org/wp-content/uploads/2021/11/YEROS__Elementos-de-um-Novo-Bandung.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- YEROS, Paris; JHA, Praveen. Neocolonialismo tardio: capitalismo monopolista em permanente crise. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 9, n. 1, p. 78-93, 2020. Disponível em: <[www.agrariansouth.org/2020/05/27/neocolonialismo-tardio-capitalismo-monopolista-em-permanente-crise](http://www.agrariansouth.org/2020/05/27/neocolonialismo-tardio-capitalismo-monopolista-em-permanente-crise)>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- ZHAN, Shaohua; SCULLY, Ben. From South Africa to China: land, migrant labour and the semi-proletarian thesis revisited. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 5-6, p. 1018-1038, 2018.